



Anais da Assembléia

Nº 120

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 15 DE DEZEMBRO DE 1989

ANO XV

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 102.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 1989

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Werner Wanderer, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Cândido Bastos, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ferrarini Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, José Rogério Carvalho, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Raul Lopes e Renato Adur (24). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Pirajá Ferreira, Amélia Bruscka, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Caíto Quintana, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Ezequias Losso, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Milton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (30).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. NELSON VASCONCELLOS (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de quórum porque o Senhor disse que havia número legal, e não há número legal, e eu solicito a verificação de quórum.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito chamada nominal.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Não cabe neste período chamada nominal porque na abertura da sessão tem que ter no mínimo 18 Deputados presentes. Só cabe chamada nominal no horário da votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa acusa a presença no registro de 19 Senhores Deputados e vai proceder à chamada nominal.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Então, é um protesto que levanto à Mesa porque nós estamos aqui inclusive para apoiar os projetos, mas estou vendo relapso desta Casa, onde uma matéria da maior relevância para este Estado, não tem o número. E eu contesto à Mesa da sua decisão porque não existe o número legal de Deputados aqui para a abertura desta sessão e não cabe chamada nominal neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 21 (vinte e um) Senhores Deputados responderam a chamada. Há quórum para prosseguimento da sessão.

Será lida a Ata pelo Senhor 2º Secretário.

O SR. 2º SECRETÁRIO (ALGACI TÚLIO) - (Lê a Ata da sessão anterior) - para abertura desta sessão.

Fica aqui lavrado o meu protesto e que a imprensa do Paraná registre este fato lamentável hoje no encerramento deste período legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai proceder à chamada nominal.

O SR. WERNER WANDERER - (Procede à chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata. APROVADA. Solicito do Senhor 1º Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede à leitura do expediente).

Mensagem:

MENSAGEM n.º 120/89

Curitiba, 15 de dezembro de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 875.805.000,00 (oitocentos e setenta e cinco milhões e oitocentos e cinco mil e quinhentos e cinco reais), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SE-

Pág. 02

PA, aprovado pela Lei Estadual n° 8.905, de 05 de dezembro de 1988.

O referido crédito será utilizado para atender despesas com pagamento de juros, encargos, correção monetária e amortização da dívida pública interna e externa, e será aplicado nas seguintes espécies de despesas:

Detalhamento da Despesa	NCz\$ 1,00
3260- Encargos da Dívida Int.	578.610.000
3270- Encargos da Dívida Ext.	49.655.000
4350- Amortização da Dívida Interna	108.940.000
4360- Amortização da Dívida Externa	138.600.000

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa às considerações aqui expostas, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de NCz\$ 875.805.000,00 (oitocentos e setenta e cinco milhões e oitocentos e cinco mil cruzados novos), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA, destinados a atender despesas com pagamento de juros, encargos, correção monetária e amortização da dívida pública interna e externa conforme discriminação abaixo:

Dotação: 2501.03080332.234	NCz\$ 1,00
3260- Encargos da Dívida Int.	578.610.000
4350- Amortização da Dívida Interna	108.940.000
Dotação: 2501.03080342.235	
3270- Encargos da Dívida Ext.	49.655.000
4360- Amortização da Dívida Externa	138.600.000

Art. 2° - Servirá como fonte de recurso para a cobertura do crédito referido no artigo 1°, quaisquer das formas especificadas no parágrafo 1° do artigo 43 da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

Ofício:

Ofício n° 869/89-GB

Curitiba, em 15 de dezembro de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para, na forma do disposto no

Curitiba, sexta, em 15.12.89

artigo 101, inciso I, letra C, combinado com o artigo 77, da Constituição Estadual encaminhar para exame dessa augusta Assembléia Legislativa do Paraná, o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o vencimento dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado, e dá outras providências.

Ao ensejo, reafirmo a Vossa Excelência as expressões de alto e destacado apreço.

(a) ANTÔNIO FERREIRA RÜPPEL
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI N° 390/89

Súmula: Dispõe sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências.

Art. 1° - Os vencimentos dos membros do Corpo Especial e da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas, ficam fixados em NCz\$ 16.995,00.

Art. 2° - Aplicam-se aos inativos do Corpo Especial e da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas os vencimentos definidos na presente lei.

Art. 3° - As despesas com a execução desta Lei serão atendidas pelas dotações orçamentárias próprias do Tribunal de Contas.

Art. 4° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos financeiros, respeitados os limites estabelecidos no artigo 27, inciso XI, da Constituição Estadual, vigoram a partir de 1° de dezembro de 1989.

Art. 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 3067

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15.12.89

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3074

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada do Projeto de Lei n° 366/89, por cinco sessões consecutivas.

Sala das Sessões, em 15.12.89

(a) GERNOTE KIRINUS

REQUERIMENTO N° 3075

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei n° 368/89, por cinco sessões consecutivas.

Sala das Sessões, em 15.12.89

(a) GERNOTE KIRINUS

REQUERIMENTO N° 3069

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações aos Conselheiros João Cândido da Cunha Pereira e Cândido Martins de Oliveira, eleitos respectivamente Presidente e Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Paraná; que este requerimento seja dado ciência aos homenageados.

Sala das Sessões, em 15.12.89

(a) AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Conselheiro João Cândido da Cunha Pereira, foi nomeado para o Tribunal de Contas, há três anos passados, este é seu primeiro cargo diretivo. Bacharel de Medicina, formado pela Universidade Federal do Paraná, foi professor universitário da UFPR. Ocupou em 1959 o cargo de Secretário de Trabalho Assistência e Ação Social.

REQUERIMENTO N° 3070

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações ao Conselheiro Nestor Baptista, eleito Corregedor Geral do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; que deste requerimento seja dada ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 15.12.89

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Nascido de família humilde, com seus próprios esforços formou-se em direito. Radialista e locutor esportivo conseguiu angariar a simpatia do povo, elegendo-se deputado Estadual por três mandatos consecutivos. Na sua passagem pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, esteve à frente da Liderança do Governo, Liderança da Bancada do PMDB. A demonstração de sua capacidade, de articulador político, foi demonstrada agora, quando com poucos meses de Conselheiro de Tribunal de Contas, foi eleito Corregedor Geral, importante cargo que irá ocupar a partir de janeiro próximo, quando tomará posse.

REQUERIMENTO N° 3071

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações aos Conselheiros JOÃO CÂNDIDO DA CUNHA PEREIRA e CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA pelas suas eleições à Presidência e Vice-Presidência do Tribunal de Contas. Requer, ainda, que deste requerimento seja dada ciência aos homenageados.

Sala das Sessões, em 15.12.89

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO N° 3072

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações ao Conselheiro NESTOR BAPTISTA pela sua eleição ao cargo de CORREGEDOR GERAL do Tribunal de Contas. Requer, ainda, que deste requerimento seja dada ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 15.12.89

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO N° 3077

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos aos Conselheiros: João Cândido Cunha Pereira, Cândido Martins de Oliveira e Nestor Baptista, pela eleição da Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Geral, respectivamente, do colendo Tribunal de Contas do Estado do Paraná; igualmente o nosso respeito e aplausos aos eminentes Conselheiros Antônio Ferreira Ruppel, João Feder e Rafael Iatauro, que deixarão seus postos de direção, com o dever cumprido.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência aos homenageados.

Sala das Sessões, em 15.12.89

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É motivo de grande júbilo para todos nos paranaenses assistir a eleição dos eminentes Conselheiros João Cândido Cunha Pereira, Cândido Manuel Martins de Oliveira e Nestor Baptista para a direção do nosso Tribunal de Contas.

O Paraná, assim como o País, vive um momento histórico com a realização das eleições presidenciais depois de um período de recessão que se estende por quase três décadas.

Caberá a estes eminentes conselheiros conduzir os destinos do Tribunal de Contas no Biênio 90/91. E temos certeza e plena convicção que o farão com a maior competência, como foi a administração de seus antecessores, aos quais também homenageamos.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 397/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado o Município de Tunas, constituído pelas áreas dos atuais Distritos Administrativos de Tunas e de Marquês de Abrantes, desmembrado do Município de Bocaiuva do Sul, "ad referendum" do plebiscito respectivo, com sede no Distrito de Tunas.

Art. 2° - As divisas do Município são as seguintes: com o Município de Bocaiuva do Sul: começa no rio Pardo, na foz do rio Uberaba, por este acima e depois pelo rio Putunã, até sua cabeceira, alcançar a serra da Bocaina e segue pela cumiada desta à divisa do município de Cerro Azul; com o Município de Cerro Azul: da serra da Bocaina segue pela cumiada do divisor das águas que afluem, de um lado para o rio Ponta Grossa e ribeirão Mato Preto e, do outro, para o ribeirão do Rocha; com o Município de Adrianópolis: Começa no rio Pardo, na foz do Uberaba, sobe este até a foz do rio São Miguel, e este até a sua cabeceira mais alta, donde, em reta, por uma linha seca, no sentido leste-oeste, alcança o ribeirão Forquilha, subindo por este até a foz do ribeirão do Pinhal, donde em reta, também por uma linha seca, no sentido leste-oeste, alcança o rio São Sebastião, na foz do ribeirão Tingui, sobe por este até a foz do ribeirão das Pedras e este até a sua cabeceira, donde em reta, ainda por uma linha seca, no sentido leste-oeste, alcança a cabeceira do rio do Rocha; limites estes fixados respectivamente pelo Decreto-lei n° 199, de 30 de dezembro de 1943, quanto às divisas com os Municípios de Bocaiuva do Sul e Cerro Azul; e Lei n° 4245, de 25 de julho de 1960, quanto à divisa com o Município de Adrianópolis e que são mantidas para as divisas do Município ora citado.

Art. 3° - O Município de Tunas será instalado tão logo completada a investidura de seus primeiros mandatários.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.12.89

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Com a junção dos distritos de Tunas e Marquês de Abrantes para criação do novo Município de Tunas, o vale da Ribeira paranaense ganhará um importante centro promotor do seu desenvolvimento. A localidade de Tunas, situada no eixo da antiga estrada ligação entre São Paulo e o Estado do Paraná - a Estrada da Ribeira - vem registrando ultimamente um forte impulso de progresso com os extensos reflorestamentos que foram implantados na área, onde está

Curitiba, sexta, em 15.12.89

surgindo uma indústria papaleira com capacidade para processar 500 toneladas de celulose por dia.

Ainda mais, o novo Município concentra grandes explorações minerais, com base no calcário, mármore e outros aproveitamentos. A área possui um potencial turístico elevado, abrigando a gruta de Campinhos localizada no Parque Estadual do mesmo nome.

Seu potencial de aproveitamento será ampliado com a breve pavimentação da Estrada da Ribeira - BR-476, cujo benefício já chegou até Bocaiuva do Sul e está projetado para ligar essa cidade a Tunas, numa distância de cerca de 30 Km na direção da divisa paulista. Uma forte liderança comunitária expressada na Co-Ribeira vem defendendo a pavimentação da Estrada da Ribeira, estando o projeto concluído e pendente de autorização governamental para sua retomada no ano de 1990.

Não há dúvida que a emancipação, criando mais um Município entre os territórios de Bocaiuva do Sul, Adrianópolis e Cerro Azul, dará maior impulso ao desenvolvimento da região do Vale da Ribeira paranaense, com o aproveitamento dessa área de serranias e minerais segundo sua melhor vocação e com respeito ao meio ambiente.

A sede municipal, localizada em Tunas, possui infra-estrutura básica e densidade populacional suficientes para abrigar o novo Município, com proveito geral para o desenvolvimento e bem-estar de seus habitantes e do povo do Paraná.

PROJETO DE LEI N° 398/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica concedida à Maria Rodrigues da Silva, viúva do Ex-Prefeito do Município de Jardim Alegre, José Lopes da Silva, uma pensão mensal no valor equivalente a 02 (dois) salários mínimos.

Parágrafo Único - a pensão de que trata o "caput" deste artigo deixará de ser devida, caso a beneficiária venha a contrair novas núpcias.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.12.89
(a) ORLANDO PESSUTI

PROJETO DE LEI N° 399/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao engenheiro ALEXANDRE FONTANA BELTRAC.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.12.89

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

JUSTIFICATIVA:

Uma das melhores "cabeças" do Paraná moderno, Alexandre Fontana Beltrão, é superlativamente um "cidadão benemérito".

Não há como negar, na paisagem moderna do Paraná, a sua contribuição ímpar, expressa em estudos para o aproveitamento hidrelétrico do rio Paranapanema, análise econômica do aproveitamento de carvão das minas de São Jerônimo da Serra, estudo econômico e financeiro para obtenção de recursos junto ao BNDE da usina hidrelétrica de Capivari Cachoeira, todo o diagnóstico da conjuntura econômica do Paraná e a estratégia de desenvolvimento do Estado - nos anos 60 - formulada no Plano de Desenvolvimento do Estado do Paraná, implantado pelo primeiro governo Ney Braga, e enviado a Punta del Este para a reunião intercontinental da Alinça para o Progresso.

Ou ainda, os estudos de reequipamentos do Porto de Paranaguá, a criação da Café do Paraná, a criação da Codepar que se desdobraria no Banco de Desenvolvimento do Paraná, BADEP, a criação da Fundepar, dezenas de projetos de Saneamento, e dezenas de estudos de Economia de elevado nível. No entanto, Alexandre Fontana é insuperável no seu envolvimento com o progresso do Estado e da Nação, no processo econômico do ciclo cafeeiro. Na ONU, em 1962, foi o representante do Paraná na conferência que criou o "Convênio Internacional do Café", foi consultor do IBC, chefe escritório do IBC em Nova Iorque, presidente do Bureau Panamericano do Café, e finalmente presidente do Comitê mundial de Promoção do Café.

Em 1968, foi convidado, pela sua competência e seriedade, a ser Diretor Executivo da Organização Internacional do Café, onde permanece até hoje, tendo sido reeleito várias vezes:

Residindo atualmente em Londres, sede da OIC, Alexandre Beltrão, beneficiou o Paraná, através do Fundo de Diversificação da OIC, com dois financiamentos vultosos, que permitiram viabilizar o INSTITUTO AGRÔNOMICO DO PARANÁ - IAPAR - de Londrina, e o TERMINAL PARA EMBARQUE DE SOJA A GRANEL NO PORTO DE PARANAGUÁ.

Como se já não bastasse a sua intervenção na história do nosso Estado, quando, exercendo o poder político como um "criador de novas realidades", possibilitou na então secretaria de Viação e Obras Públicas do Paraná o projeto, com recursos da CODEPAR, para a implantação da Estrada do Café.

Alex atuou, ainda, no setor cultural, ao lado de Adherbal Stresser e de Eduardo Virmond, como fundador, e curador para o Rio e SP, do Museu de Arte do Paraná, hoje instalado no Palácio São Francisco, no Setor Histórico de Curitiba.

É exatamente esta "criação de novas realidades" o papel benemérito de Alexandre Fontana Beltrão que pedimos à Assembleia, seja reconhecido em diploma legal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na tarde de hoje, não poderíamos deixar de comparecer a esta tribuna, visto que durante a semana passada, e esta semana, também aqui comparecemos para falar de assuntos que não nos agradavam. E comparecemos de uma forma um tanto agitada, reconhecemos.

Mas, hoje, o motivo que nos traz à tribuna é mais para pedir aos companheiros Parlamentares, apoio a um Projeto de nossa autoria, que encontra-se em 2ª discussão e votação, na tarde de hoje. E dizer que estamos pedindo este apoio, hoje com muito mais tranquilidade, porque se durante a semana que passou, esta semana, nós tínhamos dificuldades para fazer andar e ver aprovado este Projeto de Lei, hoje nós temos certeza de que nenhuma dificuldade se colocará no caminho da discussão e da votação do Projeto de Lei nº 283/89, tendo em vista as muitas conversações, os muitos entendimentos que procuramos manter no decorrer da semana. Para quem ainda não está familiarizado, o Projeto de Lei nº 283/89 é um Projeto de nossa autoria, que cria a região administrativa central do Paraná, e que terá como sede a cidade de Ivaiporã.

Os Senhores Deputados se recordam que no decorrer da semana, os Deputados Antônio Costenaro e Renato Adur apresentaram emendas supressivas, e nós procuramos, após a retirada do Projeto da Ordem do Dia, por Sua Excelência, o Deputado Anibal Khury, que o remeteu para a Comissão Especial para estudá-lo, nós procuramos manter contato. E assim fizemos. E hoje nós poderíamos, tenho certeza, dizer que contamos com o apoio de todos os Senhores Parlamentares, porque tanto o Deputado Artagnan Mattos Leão como o Deputado Renato Adur, entenderam as aspirações do povo da região central do Paraná e entenderam ser necessária, realmente, a criação dessa região e concordaram em que a região fosse criada da maneira como estava sendo por

nós proposta. Entenderam porque lá eles vivem, lá também fazem o dia-a-dia da sua política. O Deputado Renato Adur em Pitanga, Nova Tebas, em Cândido de Abreu, algumas passagens, também, por Manoel Ribas. O Deputado Artagão Mattos Leão em São João do Ivaí, Lunardelli, Pitanga, Nova Tebas, Godoy Moreira, algumas passagens por Jardim Alegre, Ivaiporã, agora Borrazópolis e Faxinal. Então, entenderam eles que junto nós poderíamos vencer esta etapa, criarmos a nossa região administrativa e juntos poderíamos dar andamento nos assuntos de interesse dessa região administrativa que não era interessante em momento algum nós ficarmos aqui tentando retaliar a criação dessa região administrativa porque o prejuízo não seria apenas deste Parlamentar, mas seria de todos aqueles que por lá têm suas bases eleitorais, que a partir do momento em que não se cria a região administrativa nós estamos perdendo espaço e perdendo prestígio para outras regiões que já possuem sua região administrativa.

As lideranças políticas de Apucarana também começaram a entender que a criação da região administrativa de Ivaiporã só virá em benefício de Apucarana.

Para aqueles que não sabem, a região administrativa hoje do Norte novíssimo de Apucarana onde está Ivaiporã e a maioria dos municípios que irão pertencer à região administrativa de Ivaiporã, Apucarana hoje nessa região administrativa tem um prejuízo porque, sendo ela cidade pólo dessa região administrativa por força dos decretos governamentais deveria ela ter em sua base territorial todas as instituições de Governo de caráter regional dessa região. No entanto, parte dos escritórios regionais se situam em Apucarana e parte dos escritórios regionais se situam em Ivaiporã. Portanto, perde Ivaiporã e as cidades que dela são vizinhas; perde Apucarana porque perdem as cidades que dela se avizinham.

Com a criação da nova região administrativa sediada em Ivaiporã nós teríamos uma duplicação dos serviços do Estado naquela região. Nós teríamos o que tem hoje lá no Sudoeste do Paraná onde nós temos a região administrativa de Pato Branco; onde temos a região administrativa de Francisco Beltrão. Todas dentro da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná.

É nosso desejo que assim também seja no Vale do Ivaí, onde teremos a região administrativa central sediada em Ivaiporã e a região administrativa no Norte novíssimo sediada em Apucarana. Todas pertencentes à Associação dos Municípios do Vale do Ivaí, a nossa AMUC.

Portanto, só nos cabe agradecer neste momento a sensibilidade demonstrada pelos Senhores Parlamentares que anteriormente subscreviam emendas supressivas retirando

Curitiba, sexta, em 15.12.89

este ou aquele município desta nova região administrativa que está se propondo.

Conversamos com o Deputado Renato Adur, com o Deputado Artagão, com o Deputado Costenaro e, estamos conversando com outros Parlamentares que também têm interesse direto na criação dessa região administrativa. Mas, o que precisa ficar claro na mente dos Senhores Parlamentares é de que a região central do Paraná precisa urgentemente de ter a sua região administrativa para que os municípios não sofram como sofrem hoje para ter acesso aos serviços do Estado. Alguém de Apucarana que precisa dos serviços do ITCF tem que ir à Ivaiporã; alguém que precisa de Manoel Ribas, de Cândido de Abreu, precisa dos serviços de saúde tem que ir à Apucarana. Nada disso precisaria acontecer se nós tivéssemos as duas regiões.

Portanto, o Vale do Ivaí, no nosso entendimento, pela sua grandiosidade, pelo valor de sua gente, por aquilo que representa no contexto social e econômico e, principalmente da produção de grãos e de produtos oriundos da nossa pecuária, ele merece, sem sombra de dúvida, contar com essas duas regiões administrativas - uma em Apucarana que já existe e uma em Ivaiporã que existirá polarizada por outros municípios e recebendo dessa forma um maior volume de serviços e benefícios do Governo Estadual e, por que não dizer do Governo Federal, porque órgãos federais também tipo IAPAS, INAMPS, INPS, que hoje se situam apenas em Apucarana e estarão também, futuramente localizados em Ivaiporã e os nossos usuários da Previdência Social não precisarão dispendar dinheiro no transporte, na hospedagem, quando precisam ir em busca de uma simples perícia para uma aposentadoria por invalidez, ou para um afastamento do trabalho em função de uma doença ou de um outro problema.

Portanto, Senhores Deputados, mais uma vez solicitamos o apoio de vocês todos, mais uma vez esperamos realmente contar com esse apoio, porque o Vale do Ivaí merece, a região central do Paraná precisa que esta região administrativa seja criada por nós aqui na Assembléia Legislativa e que seja implantada, instalada por Sua Excelência, o Governador Álvaro Dias, já nos primeiros meses do ano que vem para a alegria e satisfação daquele povo que vive no Vale do Ivaí, região central do Paraná.

Meus agradecimentos a todos, que de uma forma ou de outra têm contribuído para que este sonho, que não é de agora, para que este trabalho, que não é de hoje, que começou em 15 de março de 1983, possa finalmente se concretizar, como eu disse, para a alegria e satisfação de toda aquela gente que tanto tem feito e tanto tem con-

tribuído para o progresso do nosso Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Vimos à tribuna para que nesse dia 15 fique registrado nos Anais da Casa que durante esses três anos de mandato na Assembléia Legislativa a grande maioria dos projetos apresentados por nós, poderia até ousar em dizer, cerca de 90% dos Projetos continuam aí, engavetados, parados nas Comissões, com vista para esse ou aquele Deputado.

Nós apresentamos inúmeros projetos; projetos que beneficiam a população paranaense; eu gostaria de registrar alguns desses projetos, que infelizmente estão arquivados, apesar da votação favorável de vários requerimentos de regime de urgência. A questão por exemplo da cobrança da taxa de esgoto pela Sanepar. É um absurdo Senhores Parlamentares, o paranaense arcar, em primeiro lugar: com a tarifa mais cara deste País, e se duvidarem eu trago as provas aqui. Vamos fazer uma comparação das tarifas de água da Sanepar com as tarifas do Estado de Minas Gerais, de Goiás, para mostrarmos a veracidade dos fatos.

Hoje, o paranaense, o contribuinte, paga 100% do valor da taxa de água na taxa de esgoto, o que nós consideramos um absurdo e uma aberração, pagamos a tarifa mais cara deste País para lavarmos as mãos, e pagamos 100%, quando esta água vai pelo ralo abaixo.

Mas, às vezes quando a gente faz uma colocação neste sentido, alguns vêm e fazem uma conotação demagógica, será que isso é demagogia ou será que isso é justiça? Justiça que se deve fazer a uma população tão sofrida do nosso Estado? E o que nós fizemos? Simplesmente autorizamos o Governo do Estado do Paraná a cobrar até 20% da taxa cobrada da água na taxa do esgoto. É inadmissível cobrar até 100%!

Um outro projeto de suma importância, aliás, este da taxa de esgoto eu nem sei aonde anda, está por aí, não é? Mas, como o Projeto é do Deputado Lindolfo Júnior, infelizmente não veio para votação. 95% dos projetos apresentados, e eu tenho sido o Deputado, um dos que mais apresenta projetos na Assembléia Legislativa do Paraná. Dêem Parecer contrário, dêem uma solução, mas, por favor não desapareçam com os projetos, não os engavetem!

Uma outra questão, a do CFC, a do cloro fluor carbono, onde está este projeto? Procurando salvaguardar a população a integridade física, a saúde dos paranaenses, há dois anos, aonde está este projeto?

Onde está o Projeto que concede o des-

conto de 50% nas passagens intermunicipais para estudantes de 1º e 2º graus? Quantos estudantes nós temos em Piraquara, em Araucária, enfim, nas cidades da região metropolitana de Curitiba e que pagam um preço exorbitante? Será que esse aluno, será que esse jovem não merece o desconto de 50% para vir todo dia a Curitiba, estudar? E a mesma coisa acontece com quem mora em Matinhos, Antonina e Morretes e estuda em Paranaguá. Com quem mora em Nova Esperança e estuda em Paranaíba, mas o nosso Projeto desapareceu...

Mas, um dia, nós teremos oportunidade de mostrar e de dizer à opinião pública do Paraná tudo aquilo que nós fizemos, mas infelizmente está aí, esquecido, e eu me lembro que na oportunidade dessa concessão de 50%, desse desconto para os jovens do Paraná, logo quando foi à Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado Acir Mezzadri, que hoje, lá no Comitê de Imprensa e acompanhando o meu pronunciamento pedia vistas do Projeto. E eu dizia: -"Deputado Acir devolva o Projeto, vamos votar este Projeto, vamos aprovar este Projeto". Dias atrás tentaram restaurar aqui um Projeto do Deputado e hoje Secretário do Trabalho, Justiça e Ação Social, Rubens Bueno, no sentido de firmar um convênio da Secretaria da Educação com as escolas, não sei o que aconteceu com este Projeto.

Nós temos inúmeros projetos! Um Projeto, por exemplo, Senhores Deputados, que acaba com esta bandalheira, com esta brincadeira de ficar distribuindo placas e mais placas, cada vez que muda um governante do Paraná.

Nós estamos apresentando um projeto, Senhor Presidente, nobres Pares, no sentido de padronizarmos as placas do Paraná de obras, para evitarmos o desperdício e eu peço a ajuda e compreensão e o apoio de todas as bancadas. Vem um governante do PMDB e pinta as placas de azul, vermelho e branco. Daqui a pouco vem um governante de outro partido e pinta as placas com as cores do seu partido. Vamos pintar as placas de construção de obras deste Estado com as cores do Paraná, com as cores da bandeira do nosso Estado.

Ah! Mas já vão dizer que o meu projeto é demagógico. Eu tenho certeza absoluta.

Por favor, a população reclama dessas placas que aí estão. Vamos estabelecer critérios, metragens, e nada de ficar colocando uma placa de uma cor porque o governante é deste ou daquele partido.

Eu peço o apoio de Vossas Excelências, peço a sensibilidade deste Parlamento para que possamos economizar nessas placas que são pintadas, para podermos garantir melhores salários para os funcionários públicos, para os servidores do Estado do Paraná, para que possamos aplicar a verba

que muitas vezes é desperdiçada nesses projetos e nessas placas que estão por aí, em obras sociais.

Agradeço à Vossa Excelência, Senhor Presidente, nobres Pares, mais um ano de muito trabalho, mas nós continuaremos apresentando sugestões para Vossas Excelências independentemente da aprovação ou do engavetamento dos projetos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Renato Adur com a palavra.

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Com referência ao Projeto de Lei 283/89, de autoria do companheiro Orlando Pessuti e que cria a região administrativa central do Estado do Paraná, no Vale do Ivaí, com sede na cidade de Ivaiporã, hoje em 2.ª discussão, nós a princípio discordamos do companheiro Deputado Pessuti, em razão de que a região que nós representamos, os municípios de Pitanga e Nova Tebas estavam inclusos dentro do projeto do companheiro Orlando Pessuti, nós entendíamos que a região central do Estado do Paraná deveria ter como sede o município de Pitanga, e não o município de Ivaiporã.

Entretanto, e é por isso mesmo que entramos com uma emenda na semana passada, uma emenda supressiva tirando os municípios de Pitanga e Nova Tebas do projeto do companheiro Pessuti.

Mas, após conversações com as lideranças da região, com os Prefeitos, com o próprio Deputado Orlando Pessuti, nós, ouvindo as comunidades, entendemos que não cabe a nós também cercear o desenvolvimento de uma das regiões mais carentes do Estado do Paraná.

Nós sabemos que nos ciclos de desenvolvimento do nosso Estado, que começaram pela região de Paranaguá na primeira fase, entrando pela segunda fase na região de São Mateus do Sul, uma parte do Rio Iguaçu e Rio Negro e essa região toda, Porto União, União da Vitória, essa região, indo até Palmas e Clevelândia, com o ciclo da erva mate, numa terceira fase com a região de Ponta Grossa e desenvolvendo pelo Norte velho, com o desenvolvimento da cultura do café. Numa outra fase com o Norte novo com a explosão de desenvolvimento na região de Londrina, Maringá, Cornélio Procopio, Bandeirantes, Apucarana, Arapongas e tantas outras cidades. Numa outra fase com a região do Norte novíssimo dali para frente entrando pelo Noroeste, com as regiões de Paranaíba, Umuarama, Cianorte, e tudo mais, indo até Campo Mourão. E uma última fase na região do Sudoeste, Oeste, com Cascavel, Pato Branco, Toledo, Foz do Iguaçu e todas aquelas regiões. E nós não

Curitiba, sexta, em 15.12.89

vimos ainda até agora a explosão do desenvolvimento do último ciclo no Estado do Paraná que é a região Central do Estado. Essa é a razão maior da nossa luta para que Pitanga fosse realmente a sede de uma microrregião neste Estado. Pitanga que se localiza na região Central do Estado do Paraná é o segundo maior município em extensão territorial, com quatro mil quinhentos e cinquenta e dois quilômetros quadrados. Os municípios, hoje Ivaiporã, antigo Sapecado pertenciam a Pitanga e deles foram desmembrados, os municípios de Jardim Alegre, Manoel Ribas, Campo Mourão, Iretama, Roncador, Palmital, Altamira do Paraná e tantos outros municípios foram desmembrados do município de Pitanga. Vemos hoje Campo Mourão, vemos Ubiratã, vemos Ivaiporã com um desenvolvimento extraordinário, e no entanto a região Central só recebeu um único título até hoje, a região considerada como o ramal da fome no Estado, a região que tem a menor renda per capita do Estado do Paraná, a região que tem o menor índice de desenvolvimento de todo este Estado, e uma região que há muitos anos não tem um representante do local, da cidade, do município de Pitanga. Esse é o motivo maior que nós debatemos sempre, por essa luta e por esse desenvolvimento. Um município que conta com cento e trinta mil habitantes, o primeiro produtor do Estado de milho, mas sua produção sai por outros municípios que são: Roncador, Ivaiporã e Jardim Alegre, justamente pelo problema da infra-estrutura de estradas. Esse é o motivo que nós defendemos sempre Pitanga, e defenderemos na continuidade. Entretanto, apoiamos o projeto do Deputado Orlando Pessuti, após ampla negociação com as comunidades dos quais Pitanga terá também a sua vez; Pitanga terá também a sua voz ouvida, e espero que o companheiro Pessuti conte conosco e que nós, a nossa região, em nome do nosso desenvolvimento, do último ciclo do Estado em termos de desenvolvimento, colabore conosco com a sua comunidade para que Pitanga possa ter representantes dignos na microrregião de Ivaiporã, e que assim nós possamos conviver pacificamente durante os próximos anos após a instalação da mesma.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Luciano Pizzatto.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de aproveitar este momento que nós estamos encerrando o Período Legislativo para incitar os nossos companheiros que sem dúvida já devem estar iniciando os trabalhos neste sentido de apri-

morar o nosso debate na questão ecológica e meio ambiente, especialmente porque no início do próximo período Legislativo nós teremos o prazo constitucional do Governo do Estado, encaminhar a esta Casa de Leis a sua proposta à Lei do meio ambiente. Eu acredito que essa vitória que foi conquistada pelos nobres Deputados na Constituição Estadual, fruto da Constituição Federal, colocando que o Governo Estadual teria 180 dias para uma proposta de Lei de meio ambiente, deve ser traduzida no espírito da Casa da Assembléia Legislativa através de um franco, amplo e perfeito debate sobre essa questão.

Na oportunidade eu também gostaria de salientar que uma conquista do Poder Legislativo e principalmente dos Estados foi a possibilidade de resgatar após 25 anos, o direito dos Estados legislarem de forma complementar sobre a questão florestal, e neste sentido, nós temos em trâmite nesta Casa de Leis, um projeto de Lei Florestal, que eu acredito possa ser amplamente discutido com todos os Deputados da sociedade civil, para que tenhamos uma visão plena da economia, ecologia dentro de uma visão de recursos natural renovável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças não há oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 30 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 869/89, de autoria do Sr. Presidente do Tribunal de Contas, do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores do Estado. À Diretoria Legislativa para as providências cabíveis.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, contante do expediente. Necessita. Apoiado. - À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 257/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 68/89), que encaminha a Proposta de Orçamento - Programa Anual 1990. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 364/89, de autoria da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO, que altera o Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça.

PROJETO DE LEI N° 364/89
À Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - O Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, órgão de administração superior do Ministério Público, composto de cargos de provimento efetivo, fica alterado na forma dos Anexos I e II, que integram esta lei, passando a substituir os previstos na Lei n° 7.435, de 29 de dezembro de 1980 e Lei n° 7.879, de 10 de julho de 1984.

Parágrafo Único - A denominação, classificação, número, níveis e referências de vencimentos dos cargos de provimento efetivo passam a ser os constantes dos precitados Anexos, ficando os mesmos distribuídos de conformidade com a tabela que integra esta lei.

Art. 2° - O Quadro de Pessoal a que se refere o art. 1°, de acordo com a habilitação profissional, é dividido em 02 (dois) Grupos Ocupacionais:

I - Grupo Ocupacional Técnico Superior - assessoramento e atividade de nível superior - anexo I;

II - Grupo Ocupacional de Apoio Administrativo - execução de atividade administrativas e de expediente - Anexo II.

Art. 3° - Ficam no criados na estrutura da Procuradoria-Geral de Justiça, a que se refere o Decreto n° 1.674, de 10 de julho de 1987, 04 (quatro) cargos em comissão de Diretor de Departamento, símbolo DAS-3, 05 (cinco) cargos em comissão de Assistente Técnico de Departamento, símbolo 1-C e 04 (quatro) cargos em comissão de Assistente, símbolo 3-C, na forma do Anexo III.

Art. 4° - Ficam transformados, na estrutura da Procuradoria-Geral de Justiça, as denominações e símbolos, a que se refere o Decreto n° 1.674, de 10 de julho de 1987, 01 (um) Diretor da Secretaria, símbolo DAS-1 para 01 (um) Diretor Secretário da Procuradoria-Geral de Justiça, símbolo DAS-1, 01 (um) Chefe de Gabinete, símbolo DAS-5 para 01 (um) Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, símbolo DAS-3, 01 (um) Chefe da Coordenadoria Judiciária, símbolo DAS-5 para 01 (um) Diretor de Departamento Judiciário, símbolo

DAS-3, 01 (um) Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, símbolo 1-C para 01 (um) Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, símbolo DAS-5 e 01 (um) Assessor, símbolo 1-C para Assessor de Imprensa, símbolo DAS-5, na forma do Anexo III.

Art. 5º - Ficam mantidos na estrutura da Procuradoria-Geral de Justiça, a que se refere o Decreto nº 1.674, de 10 de julho de 1987, 04 (quatro) cargos em comissão de Assistente, símbolo 3-C e 01 (um) cargo em comissão de Assistente, símbolo 9-C, na forma do Anexo III.

Art. 6º - O Quadro de Pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, da Procuradoria-Geral de Justiça, fica alterado na forma do Anexo IV, que integra esta Lei, passando a substituir o previsto na Resolução nº 824, de 03 de outubro de 1984, do Conselho Deliberativo de Pessoal-CDP.

§ 1º - O quadro de Pessoal a que se refere o "caput" deste artigo, de acordo com a habilitação profissional, é dividido em 03 (três) Grupos Ocupacionais:

I - Grupo Ocupacional Técnico Superior - Assessoramento e atividade de nível superior - Anexo IV.

II - Grupo Ocupacional do Apoio Administrativo - execução de atividades administrativas e de expediente - Anexo IV.

III - Grupo Ocupacional de Serviços Gerais - execução de atividades profissionais diversas Anexo IV.

§ 2º - Os atuais ocupantes de cargos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT da Procuradoria Geral de Justiça ficam enquadrado na forma do Anexo IV - tabela anexa.

Art. 7º - Todas as vantagens atribuídas aos servidores ativos da Procuradoria-Geral de Justiça previstas nesta Lei serão estendidas aos servidores inativos e em disponibilidade pertencentes ao Quadro Próprio da Procuradoria-Geral de Justiça.

Art. 8º - A despesa decorrente da execução desta lei correrá à conta da dotação orçamentária da Procuradoria-Geral de Justiça.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de novembro de 1989, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13.12.89

(aa) PIRAJÁ FERREIRA - Presidente

CÂNDIDO BASTOS - Relator

Aprovado.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Questão de ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra pela ordem, o Deputado Nelson Vasconcellos.

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Requeiro chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à chamada nominal.
(O Senhor 1º Secretário procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Pela ordem, Senhor Presidente.
Gostaria de saber do 1º Secretário, com relação a nossa presença.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Ferrari Júnior) - Está presente. Está anotado.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Termina a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 21 (vinte e um) Senhores Deputados responderam a chamada, não há quorum para votação.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei Complementar nº 379/89, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Ofício nº 104/89), que objetivava dar nova organização e denominação aos cargos integrantes da carreira de Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça do Estado. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 115, de 11.12.89, em 1ª discussão).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução nº 56/89, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Goioerê, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de 4º Centenário. Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO
DE RESOLUÇÃO Nº 56/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita do Distrito Administrativo de IV Centenário e do Distrito Administrativo de Bandeirantes D'Oeste, no Município de Goioerê, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de IV Centenário.

"Ponto inicial e final: Foz da Água Bela no Rio Piquiri. Do ponto inicial sobe a pela Água Bela até a foz do Ribeirão dos 10, sobre por este até a linha de divisa das glebas 14 "inclusive" e 13 "exclusive" da Colônia Goioerê, deste ponto

Curitiba, sexta, em 15.12.89

rumo Sul pela mesma divisa até encontrar o Rio Caracol, desce por este até a divisa das glebas 23 "inclusive" e 15 "exclusive" da Colônia Goioerê, deste ponto rumo Sul pela divisa das referidas glebas até encontrar o Rio Comissário, pelo Rio Comissário abaixo até sua foz no Rio Ronquito, desce por este até sua foz no Rio Piquiri, desce por este até a foz da Água Bela, ponto inicial e final."

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.12.89
(aa) PIRAJÁ FERREIRA - Presidente
CÂNDIDO BASTOS - Relator

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 90/88, de autoria do Deputado DJAIMA DE ALMEIDA CÉSAR, que autoriza o Poder Executivo a reduzir para 20 (vinte) horas semanais a jornada de trabalho do Servidor Público Estadual legalmente responsável por excepcional em tratamento especializado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 373/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 112/89), que objetiva fixar em NCz\$ 3.603,63 (três mil seiscentos e três cruzados novos e sessenta e três centavos), o soldo do posto de Coronel da Polícia Militar do Estado e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 383/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 105/89) que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito suplementar no valor de NCz\$ 172.406.775,00 (Cento e setenta e dois milhões, quatrocentos e seis mil, setecentos e setenta e cinco cruzados novos), ao vigente orçamento próprio da Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar nº 283/89, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que cria a REGIÃO ADMINISTRATIVA CENTRAL DO ESTADO DO PARANÁ, no Vale do Ivaí, com sede na cidade de Ivaiporã, conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Com EMENDAS DE PLENÁRIO EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 221/89, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEAO, que concede a CINIRA CAMARGO

DE BRITO, viúva do ex-prefeito do Município de Guarapuava, Antonio Ribeiro de Brito, uma pensão mensal no valor equivalente a 2 (dois) salários mínimos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 381/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 116/89), que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar ao vigente orçamento próprio da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, destinado a cobrir despesas com investimentos em Regime de Execução Especial, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 382/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 117/89), que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar, ao vigente orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Maringá, destinado a cobrir despesas voltadas ao ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação, além da continuidade das obras do Campus Universitário, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 77/89 (Mensagem nº 82/89 ex-Proposição nº 66/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que ratifica o termo aditivo firmado em grau de urgência, em 01 de novembro de 1989, ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para implantação de programas de assentamento de trabalhadores rurais em cumprimento à execução de Plano Regional de Reforma Agrária. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 78/89 (Mensagem nº 83/89 ex-Proposição nº 67/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que ratifica os segundo Termo Aditivo ao convênio nº 235/87 celebrado entre o Estado do Paraná e a Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação para elaboração do cadastro nacional de irrigantes, parte referente ao Estado do Paraná, figurando como interveniente a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 79/89 (Mensagem nº 90/89 ex-Proposição nº 83/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por

unanimidade, que autoriza o Poder Executivo, através da Fundação de Esporte e Turismo, a subscrever ações no montante de NCz\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzados novos), para integralizar aumento de seu capital na Companhia de Foz do Iguaçu de Turismo - COMFOZTUR. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 80/89 (Mensagem n° 88/89 ex-Proposição n° 70/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que ratifica o Termo de Cooperação Técnica n° 006/89 celebrado, por motivo de urgência, em 10 de outubro de 1989, entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem e o Município de Ponta Grossa, objetivando o transporte dos alunos de grupos escolares da cidade para a Escola de Trânsito do DER/PR, e vice-versa, em cumprimento dos termos do Projeto Prática Educacional de Trânsito, que visa a educação e conhecimento preventivo de acidentes aos alunos das escolas do referido Município. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 81/89 (Mensagem n° 96/89 ex-Proposição n° 75/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que ratifica o Termo Aditivo dotado de 29 de agosto de 1989, ao convênio n° 006/87, através do Departamento de Estradas e Rodagem, e a Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 82/89 (Mensagem n° 101/89 ex-Proposição n° 79/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que encaminha cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, e o CEAG - Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa e os Municípios de Marialva, Ponta Grossa e São José dos Pinhais, conforme especifica. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 83/89 (Mensagem n° 106/89 ex-Proposição n° 82/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza os convênios entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda e os Municípios de Andirá, Cambará, Jacarezinho, Palmeira e Santo Antônio da Platina, objetivando o incremento da arrecadação de tributos estaduais, o combate da evasão de produtos primários e a instalação de unidades de

atendimento ao público. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 84/89 (Mensagem n° 108/89 ex-Proposição n° 85/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e os Municípios de Francisco Beltrão e Rolândia, objetivando a conclusão de prédios destinados a dependências da Polícia Militar do Estado. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 85/89 (Mensagem n° 87/89 ex-Proposição n° 87/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que ratifica os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem, e os Municípios que especificam, objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídos na forma do Programa Paraná Rural. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 86/89 (Mensagem n° 107/89 ex-Proposição n° 84/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza o Termo de Revigoração e Rerratificação ao convênio celebrado em 19 de setembro de 1978, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda, e o Município de São Miguel do Iguaçu, objetivando a construção do edifício da Agência de Rendas do referido Município. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 87/89 (Mensagem n° 109/89 ex-Proposição n° 86/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Procuradoria Geral do Estado, e os Municípios de Coronel Vivida, Iporã, Pérola, Primeiro de Maio, Joaquim Távora e Matelândia, objetivando a manutenção dos serviços de assistência gratuita à população economicamente carente na região de abrangência da respectiva comarca. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 88/89 (Mensagem n° 99/89 ex-Proposição n° 71/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que ratifica os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através

da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os Municípios que especifica, objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídos na forma do Programa Paraná Rural. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 89/89 (Mensagem n° 92/89 ex-Proposição n° 73/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que ratifica os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídos na forma do Programa Paraná Rural. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 90/89 (Mensagem n° 95/89 ex-Proposição n° 74/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que ratifica o convênio celebrado em 11/10/89, entre o Departamento de Estradas de Rodagem e a Companhia de Energia Elétrica, objetivando a execução dos serviços de torres de energia elétrica e demais serviços correlatos, por ocasião da construção de obras rodoviárias. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 91/89 (Mensagem n° 98/89 ex-Proposição n° 76/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que ratifica cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e os Municípios que especifica, objetivando a construção de prédios para instalação da Polícia Civil e, encaminhando cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, e os Municípios que especifica, objetivando a construção de prédios para instalações da Polícia Militar do Estado, conforme especifica. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 92/89 (Mensagem n° 99/89 ex-Proposição n° 78/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que ratifica o convênio n° 04/89, celebrado em 14 de agosto de 1989, entre o Departamento de Trânsito e o Departamento de Estradas de Rodagem, objetivando a execução de serviços para arrecadação dos valores provenientes de multas pendentes de interesse do DER/PR. Encerrada a discussão.

da a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 93/89 (Mensagem n° 103/89 ex-Proposição n° 80/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e o Município de Araucária, objetivando o repasse de recursos financeiros ao referido Município, visando a desapropriação de áreas para possibilitar acesso às propriedades que ficaram ilhadas pela represa do Passaúna. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 94/89 (Mensagem n° 102/89 ex-Proposição n° 81/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e os Municípios de Cambé, Campina da Lagoa, Cascavel e Ponta Grossa, objetivando a manutenção e reparos de veículos da Polícia Civil e Militar, nos referidos Municípios. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 95/89 (Mensagem n° 91/89 ex-Proposição n° 72/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que ratifica os convênios celebrados, por motivo de urgência, em 18 de outubro de 1989, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Fundação da Universidade Federal do Paraná, para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura, objetivando a realização de projetos e publicações, conforme especificam. Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 151/89, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - A.P.A.E.", com sede e foro na cidade de Clevelândia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 55, de 7.11.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 151/89

PARECER:

Ao proceder-se a análise legal e constitucional do presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Antônio Annibelli, que objetiva

declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - A.P.A.E. com sede e foro na cidade de Clevelândia, notamos o seu descumprimento do item I, do Art. 1º, da Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dita as normas para a Declaração de Utilidade Pública de Sociedades Civis, Associações e Fundações constituídas no Paraná, observando que a entidade, objeto do plano em tela, foi fundada em 14 de abril de 1988, segundo o constante do Art. 1º, dos Estatutos da Instituição, passando a vigir no universo da existência, adquirindo personalidade de fato, sendo que a validade de sua existência e consequente reconhecimento de sua Personalidade Jurídica, de Direito, para a devida eficácia dos seus atos, foi configurada a partir do seu registro em Cartório, realizado em 12 de dezembro de 1988, segundo o que especifica a certidão de Registro de Pessoas Jurídicas daquela Comarca, sob nº 197, às folhas nº 53 e 54, do livro de nº 02, apontado sob nº 6738.

Sendo assim, esta douta Comissão de Constituição e Justiça, com fundamentos no item I, do Art. 1º, da Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, opina pela paralisação da tramitação processual legislativa, até que a entidade, ora em observação, satisfaça o requisito legal supra aduzido, perfazendo um ano de reconhecimento de sua Personalidade Jurídica, em 13 de dezembro de 1989, ficando o presente projeto de lei de posse desta Comissão, para que, então, possa ele tramitar normalmente pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 12.12.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

RAUL LOPES

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 182/89, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que autoriza o Poder Executivo a proceder à desapropriação de terras em Marilândia do Sul. Em REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 66, de 08.08.89)

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 308/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a "Fundação Gladstone Francisco da Paixão, com sede na cidade de Curitiba. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 98, de 07.12.89).

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 366/89, de autoria dos Deputados JOSÉ ROGÉRIO e NEREU MASSIGNAN, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito o Mu-

nicipio de Bom Sucesso do Sul, com território desmembrado do Município de Pato Branco e divisas do atual Distrito Administrativo. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 111, de 04.12.89).

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 368/89, de autoria dos Deputados JOSÉ ROGÉRIO e NEREU MASSIGNAN, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito o Município de Honório Serpa, com território desmembrado do Município de Manguaí, na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 111, de 04.12.89).

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 385/89, de autoria do Deputado RENATO ADUR, que estabelece critérios para a distribuição dos recursos estaduais arrecadados de concursos de números, e dá outras providências. Com PARECER a ser exarado pela COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 116, de 12.12.89).

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 387/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 119/89), que autoriza o Poder Executivo abrir crédito suplementar ao vigente orçamento próprio do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR. Com PARECER FAVORÁVEL a ser exarado pela COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Encerrada a discussão

PROJETO DE LEI Nº 387/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de NCz\$ 6.370.000,00 (seis milhões, trezentos e setenta mil cruzados novos), ao vigente orçamento próprio do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, destinados a cobrir despesas voltadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais, outros serviços e encargos além de despesas com equipamentos e obras, conforme discriminação abaixo:

Dotação:	8200.11100582.160	NCz\$ 1,00
Pessoal e Encargos Sociais		5.000.000
Outras Despesas Correntes		300.000
Despesas de Capital		1.070.000

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo 1º desta lei, o excesso de arrecadação em recursos próprios da Entidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.89.

(a) PODER EXECUTIVO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 388/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 118/89), que autoriza o Poder Executivo abrir crédito suplementar ao vigente orçamento próprio da EMATER/PARANÁ. Com PARECER a ser exarado pela COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N° 388/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de NCz\$ 4.021.246,00 (quatro milhões, vinte e um mil e duzentos e quarenta e seis cruzados novos), ao vigente orçamento próprio da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PARANÁ, destinados a cobrir despesas conforme discriminação abaixo:

NCz\$ 1,00

Dotação: 6700.04181112.265

3120 - Material de Consumo	1.828.194
3132 - Outros Serviços/Encargos	1.473.052
3231 - Subvenções Sociais	500.000
3255 - Transferências a Pessoas	180.000
3280 - Contribuições para formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP	40.000

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo 1° desta lei, o excesso de arrecadação proveniente de convênios com órgãos federais e não federais e receitas diversas arrecadadas pela entidade

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.89.

(a) PODER EXECUTIVO

Sobre a mesa, requerimento de n° 3067, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Prejudicado.

Requerimentos de n°s 3069, 3070, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente.- Aprovados.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 3071, 3072, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 3074, 3075, de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Prejudicados.

Requerimento de n° 3077, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- Aprovado.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria que ficasse registrado nos trabalhos desta sessão, o voto de aplauso ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que encaminho à Mesa em seguida, pela eleição ocorrida ontem do Conselheiro João Cândido da Cunha Pereira, Presidente do Tribunal de Contas; do Conselheiro Cândido Manoel Martins de Oliveira, como Vice-Presidente e do nosso ex-colega Deputado Nestor Baptista como Corregedor.

Ao mesmo tempo que registro o meu aplauso e acredito, que da maioria dos Senhores Deputados à Mesa do Tribunal de Contas que saiu através do Conselheiro Ruppel, Rafael Iatauro e João Foeder.

Peço que Vossa Excelência registre na Ata esta lembrança e que o meu requerimento seja dada ciência àquela Corte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação requerimento do Deputado Antônio Annibelli. APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 18, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia marcada para a presente sessão, porém, em processo de votação, e mais a

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 75/89

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 151/889 e 395/89 e do Projeto de Resolução n° 28/89.

Levanta-se a sessão.